



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região**

## **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas** **0002907-81.2025.5.06.0000**

**Relator: FABIO ANDRE DE FARIAS**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação: 29/10/2025**

**Valor da causa: R\$ 58.000,00**

#### **Partes:**

**REQUERENTE:** FABIO ANDRE DE FARIAS

**REQUERIDO:** HELIA CLAUDIA MARIA DA SILVA

**ADVOGADO:** ROGERIO PAGEL

**REQUERIDO:** INSTITUTO DO AUTISMO LTDA

**ADVOGADO:** LEONARDO MACIEL PINHEIRO DE ARAUJO

**REQUERIDO:** ASSOCIACAO AMIGOS DA INCLUSAO

**ADVOGADO:** LEONARDO MACIEL PINHEIRO DE ARAUJO

**REQUERIDO:** UNIVERSIDADE DA INCLUSAO LTDA

**ADVOGADO:** LEONARDO MACIEL PINHEIRO DE ARAUJO

**TERCEIRO INTERESSADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
**IRDR 0002907-81.2025.5.06.0000**  
REQUERENTE: FABIO ANDRE DE FARIAS  
REQUERIDO: HELIA CLAUDIA MARIA DA SILVA E OUTROS (3)

### DESPACHO

Cuidam os autos de incidente de Reafirmação de Jurisprudência, suscitado pelo Excelentíssimo Desembargador Fábio André de Farias por meio do Ofício GD-FAF nº 10/2025 (ID 088bde8), com fundamento no art. 142-A, do Regimento Interno desta Corte.

A presente Reafirmação de Jurisprudência, instruída pela Nota Técnica NUGEPNAC nº 1/2025 (ID's 3538f13, d588881, 472189d, d89245c, 46a942f, 0c63a7d, c6909f5, d393749, 745e8c7, b9389ac), visa à confirmação e consolidação de entendimento acerca da seguinte questão jurídica: **"Nos processos que tramitam pelo rito sumaríssimo, propostos na vigência da Lei n.º 13.467/2017, a condenação deve ser limitada ao teto dos valores indicados na petição inicial (CLT, art. 852-b, I)?"**

À Reafirmação de jurisprudência são aplicáveis, no que couber, as disposições constantes na Seção I do Regimento Interno deste Tribunal Regional (art. 142-A, §2º RI/TRT6).

Sendo assim, observados estritamente os requisitos previstos nos arts. 18, XLIX, 143, I, e §1º, da Norma Regimental, considerando que ao Tribunal Pleno cabe a análise da admissibilidade **(art. 145, do RI/TRT6), recebo o presente incidente de Reafirmação de Jurisprudência (art. 144, do RI/TRT6), determinando:**

I - o sobrestamento do Recurso ordinário interposto no processo nº 0000376-77.2025.5.06.0014;

II - a comunicação ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP); e

III - a distribuição ao Relator do processo afetado, Desembargador Fábio André de Farias, nos termos do art. 142-A, §1º, do RI/TRT6.

À Secretaria do Tribunal Pleno, para cumprimento.

RECIFE/PE, 30 de outubro de 2025.

**RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA**  
Desembargador do Trabalho da 6ª Região



Documento assinado eletronicamente por RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA, em 30/10/2025, às 15:05:07 - f274779  
<https://pje.trt6.jus.br/pjekz/validacao/25103011162036300000047837690?instancia=2>  
Número do processo: 0002907-81.2025.5.06.0000  
Número do documento: 25103011162036300000047837690